

TERMO DE REFERÊNCIA 009/2025**1. OBJETO**

1.1. Este Termo de Referência tem como finalidade garantir parâmetros para Credenciamento cujo objeto é a contratação de serviços complementares de assistência à saúde física e mental, em diversas modalidades, destinados aos 1.914 servidores da Secretaria Municipal de Saúde de Itajaí, conforme as necessidades da Administração Pública e a demanda dos profissionais;

1.2. Os serviços deverão ser prestados aos servidores da Secretaria de Saúde do município de Itajaí, conforme tabela disposta no Item 9 deste Termo de Referência;

1.2.1. Neste credenciamento de consultas e terapias, o prestador ou profissional contratado poderá, a pedido da gestão municipal, atuar nas instalações físicas das unidades de saúde da Contratante, mediante disponibilidade de espaço físico e recursos adequados para que o profissional possa atender de forma eficaz e resolutiva;

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

O presente credenciamento tem por objeto a formação de um cadastro de pessoas físicas/jurídicas aptas a prestar serviços complementares de assistência à saúde física e mental, em diversas modalidades, aos mais de 1.900 profissionais de saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Itajaí, conforme as necessidades da Administração Pública e a demanda dos profissionais.

A necessidade desta contratação por credenciamento decorre de uma série de fatores críticos que impactam a saúde e o bem-estar dos profissionais da Secretaria Municipal de Saúde de Itajaí. Esta iniciativa tem diversos objetivos:

- i. Cumprir o compromisso institucional assumido na 1ª Conferência Municipal do Trabalhador e da Trabalhadora em Saúde de Itajaí, em abril de 2025, que deliberou pela necessidade de ações de assistência à saúde do servidor da Secretaria Municipal de Saúde;
- ii. Reconhecer a saúde do servidor como investimento estratégico, não apenas custo, mirando na melhoria direta da qualidade e da eficiência dos serviços públicos prestados à população de Itajaí;
- iii. Reverter o quadro de adoecimento pós-pandemia, caracterizado por altos índices de absenteísmo (cerca de 40%) e afastamentos decorrentes de doenças crônicas, estresse e problemas de saúde mental;
- iv. Oferecer suporte psicológico e capacitação em defesa pessoal, em resposta à crescente violência sofrida pelos profissionais em suas áreas de atuação;
- v. Promover uma cultura de saúde proativa, focando em ações de prevenção e bem-estar para além da abordagem reativa do adoecimento do servidor;

A promoção da saúde e do bem-estar dos profissionais é um investimento estratégico que visa à melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados à população de Itajaí.

3. DA NATUREZA DO OBJETO

O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, respeitando a vedação do art. 20 da Lei Federal nº 14.133/2021. Este objeto possui natureza caracterizada como comum e essencial à assistência à saúde da população do município de Itajaí, conforme justificativa constante no Estudo Técnico Preliminar.

4. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1. Todos os procedimentos contratados respeitarão a padronização do hall de procedimentos padronizados no SUS, bem como sua quantidade máxima por usuário, conforme a Tabela de Procedimentos do SUS – SIGTAP;

4.2. Os requisitos encontrados para a contratação, são com Entidades Filantrópicas, privadas com e sem fins lucrativos, prestadoras de serviços de saúde, interessadas em participar, de forma complementar, do Sistema único de Saúde no Município de Itajaí, na realização de procedimentos e exames eletivos de média complexidade, destinados a atender os servidores da Secretaria de Saúde de Itajaí em diversas especialidades médicas;

4.3. A contratação se dará de forma direta aos procedimentos mencionados na tabela no item 9, os quais deverão ser executados por profissionais e em unidade da empresa contratada, que serão pagos com recursos vinculados

federais ou próprios municipais, pelo período de 12 (doze) meses, prorrogáveis na forma da lei;

4.4. A contratação para realização de procedimentos eletivos será celebrada entre a Contratante e a Contratada, nos quantitativos e especialidades relacionadas neste Termo de Referência, que serão pagos com recursos vinculados federais ou próprios municipais. Conforme demanda a Lei 14.133/2021 em seu art. 79 o credenciamento poderá ser utilizado nos moldes dos seus incisos, devendo a administração Pública justificar o modelo adotado;

4.5. No presente objeto, realizar-se-á contratação de forma paralela e não excludente, sendo a forma mais vantajosa para a Administração para a contratação deste objeto, onde poderá realizar a contratação simultânea em condições padronizadas, para prestigiar o princípio da isonomia, permitindo que os particulares definam de antemão se possuem condições de fornecer o objeto adequado para suprir a necessidade da Administração;

4.6. Os interessados serão credenciados de acordo com a apresentação dos documentos necessários;

4.6.1. Após selecionados, haja vista não haver a contratação imediata e simultânea de todos os credenciados, caso houver mais de uma empresa interessada, será respeitada a ordem de credenciamento;

4.7. A distribuição dos quantitativos definidos neste Termo de Referência se dará entre todas as empresas credenciadas, considerando a quantidade ofertada de cada credenciado, de modo que a repartição total dos quantitativos necessário ocorra de forma igualitária e/ou proporcional à estrutura disponibilizada ao SUS;

4.8. Será considerada como quantidade ofertada aquela ratificada e/ou retificada pela DRCA – Diretoria de Regulação, Controle e Avaliação, de acordo com a estrutura disponibilizada ao SUS. Portanto, após a publicação da homologação do resultado, os credenciados serão notificados para tomar conhecimento quanto à distribuição do teto físico, e caso não haja a aceitação do teto disponível, o mesmo deverá assinar Termo de Desistência do Credenciamento;

4.9. Havendo a desistência de algum prestador selecionado, o seu teto financeiro será redistribuído entre os demais interessados aptos a contratar que apresentaram proposta para o lote/item que houve desistência;

4.10. A prestação dos serviços compreenderá o atendimento ambulatorial que corresponde às consultas e terapias, durante todo o atendimento ambulatorial;

4.11. O prestador precisa prestar os serviços credenciados na cidade de Itajaí, devendo possuir Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde no Município de Itajaí;

4.12. Os procedimentos ambulatoriais serão pagos conforme execução, de acordo com produção apresentada e auditada, seguindo as recomendações estabelecidas de acordo com os sistemas de informação ambulatorial utilizados e reconhecidos pelo Ministério da Saúde;

4.13 Sempre será compreendido que o presente Edital de Chamamento Público e seus anexos foram cuidadosamente examinados e entendidos pelos interessados, sendo assim, todo o processo será fiel ao cumprimento das cláusulas dispostas nesta documentação, não sendo consideradas prejuízos devido à omissão ou negligência em decorrência do desconhecimento ou erro interpretação de quaisquer dos seus itens;

4.14. A pessoa jurídica credenciada deverá manter-se regular perante a contribuição com o INSS e FGTS;

4.15. A necessidade do serviço a ser contratado será estabelecida pela Secretaria Municipal de Saúde de Itajaí, através deste Imprensa e no site da Prefeitura Municipal de Itajaí para conhecimento de todos os interessados;

4.16. A produção dos serviços será estabelecida de acordo com a programação definida pela Secretaria Municipal de Saúde e sua DRCA – Diretoria de Regulação, Controle e Avaliação, compreendendo o período aquisitivo do primeiro dia do mês até o último dia do mês;

4.17. A Secretaria Municipal de Saúde, por meio de sua DRCA – Diretoria de Regulação, Controle e Avaliação, fiscalizará os serviços credenciados conforme disposto no item 9 deste Termo de Referência, levando consideração o interesse do município e seguindo os critérios de resolutividade e otimização do recurso público, em relação ao fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo credenciado, podendo sempre que necessário, realizar vistorias nas dependências físicas do prestador de serviço a ser contratado, para verificar se o mesmo obedece às condições técnicas básicas, anteriormente a assinatura do contrato;

4.18. Caso exista mais de uma instituição/prestador de serviço credenciado para os serviços ofertados, será efetivada uma avaliação pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Saúde, visando constatar a necessidade de contratação de um ou mais prestadores para o mesmo serviço;

4.18.1. A avaliação para a contratação e os critérios de desempate se darão da seguinte forma, mediante análise de documentação apresentada: maior infraestrutura para atender a demanda dos servidores e por maior oferta de consultas/exames mensais;

4.18.2. A equipe técnica será composta por, pelo menos, um Médico Regulador, a Direção de Regulação, Controle e Avaliação, Gerente de Controle e Avaliação Gerente de Regulação Ambulatorial e a Direção Executiva de Ações em Saúde, podendo esta direcionar um profissional para composição de equipe técnica;

4.19. O prazo de vigência do Termo do Contrato decorrente deste Credenciamento inicia-se no ato da assinatura da Ordem de Início de Serviços e terá vigência por 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado no interesse da Administração, observados os dispositivos da Lei 14.133/2021 e outras legislações pertinentes;

4.20. Serão admitidos a participar deste credenciamento somente os que estejam legalmente estabelecidos na forma da Lei, para todos os fins do objeto publicado;

4.21. Os interessados ao credenciamento deverão apresentar carta de credenciamento com a indicação do representante credenciado para exercer a representação legal às ações necessárias em nome da empresa em todas as etapas previstas no edital, ou documento que comprove sua capacidade de representar, no caso de sócio ou titular conforme modelo ANEXO II;

4.22. Os interessados deverão declarar que estão cientes e de total acordo com o regulamento de credenciamento, conforme modelo ANEXO III;

4.23. Os interessados deverão preencher o ANEXO V informando o procedimento o qual desejam fornecer por meio do presente credenciamento e sua capacidade de oferta mensal, de acordo com o Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos – SIGTAP, Medicamentos e OPM do SUS;

4.24. Os interessados deverão preencher o ANEXO VI informando que os procedimentos contratados respeitarão e seguirão as normativas de acordo com a Tabela de Procedimentos do SUS – SIGTAP com relação à idade mínima e máxima, respeitando outras legislações vigentes;

5.DOS PARÂMETROS DA LICITAÇÃO

5.1 A contratação da solução escolhida será efetivada por meio de credenciamento de prestadores de serviços de saúde;

5.2 O fornecedor será considerado habilitado, no credenciamento, conforme apresentação de documentações contidas nos itens 7 e 8 não apresentando inconsistência e não apresentando quaisquer implicações descritas no item 18, garantindo assim capacidade técnica para fornecer os procedimentos credenciados;

6. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO DO CREDENCIAMENTO

6.1. Poderão credenciar-se todos os interessados em pessoa jurídica, da área da saúde que estejam legalmente estabelecidos para os fins do objeto direcionado, desde que atendidos os requisitos exigidos neste instrumento de credenciamento;

6.2. Não poderão participar deste Credenciamento:

6.2.1. Os interessados que estejam cumprindo as sanções previstas nos incisos I a IV, do art. 156, da Lei n.º 14.133/2021;

6.2.2. Empresas que se encontrem em processo de falência, dissolução, fusão, cisão ou de incorporação, bem como as que se apresentem na forma de empresas em Consórcios;

6.2.3. As instituições cujos proprietários, diretores e sócios pertençam ao quadro de servidores da Prefeitura Municipal de Itajaí e suas Secretarias, sendo efetivos, contratados ou comissionados, e que principalmente façam parte da gestão da Secretaria Municipal de Saúde deste município;

7. DAS INSCRIÇÕES E HABILITAÇÃO PARA O CREDENCIAMENTO

7.1. Os interessados deverão ser pessoas jurídicas e deverão submeter as seguintes documentações:

- i. Anexo II – Carta de credenciamento: apresentação dos documentos do representante do credenciado;
- ii. Anexo III – Declaração de aceitação do edital de credenciamento;
- iii. Anexo IV – Ficha de identificação do prestador de serviço;
- iv. Alvará Sanitário emitido pela Diretoria de Vigilância Sanitária da Secretaria do Estado de Saúde ou órgão Municipal de Vigilância Sanitária do estabelecimento indicado se for o caso;
- v. Contrato social ou declaração de Firma Individual ou Estatuto social devidamente registrado em cartório, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- vi. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- vii. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- viii. Prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal, relativos ao domicílio ou sede da entidade, pertinentes ao seu ramo de atividade e compatíveis com o objeto;
- ix. Corpo clínico – anexar: cópia do Diploma, Especialidade e o Registro na entidade de classe (CRM, CRO) e quando for necessário o Registro de Qualificação de Especialista – RQE;
- x. Recursos Humanos – discriminar e quantificar cargo por categoria;
- xi. Relação de equipamentos/ aparelhos técnicos especializados;
- xii. Certidão Negativa de débitos da Secretaria da Fazenda na sede do Município do Credenciado, com data atualizada;
- xiii. Certidão Negativa de débitos da Secretaria da Fazenda Estadual, com data atualizada;
- xiv. Certidão Negativa de débitos da Secretaria da Fazenda Federal, com data atualizada;
- xv. Certidão Negativa pelo de Débitos Trabalhistas – CNDT, com data atualizada;
- xvi. Certidão Negativa de débito do FGTS com data atualizada;
- xvii. Certidão Negativa de Falência e Concordata;
- xviii. Certidão Negativa de Tributos Mobiliários da PMI ou documento que comprove a sua isenção;
- xix. Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS - SAÚDE para os Estabelecimentos de Saúde sem fins lucrativos, reconhecidos como Entidade Beneficente de Assistência Social, quando couber;
- xx. Currículo resumido do Responsável Técnico (sendo obrigatoriamente funcionário da unidade), com cópia dos

seguintes documentos: Diploma de Graduação, Certificado de Especialidade (devidamente reconhecido pelo Conselho Regional de Classe) e Carteira de Identidade Profissional (emitida pelo Conselho Regional de Classe); Caso não conste na Carteira de Identidade Profissional, anexar também cópia do RG – Carteira de Identidade e do CPF/MF;

- xxi. Relação nominal dos profissionais que compõe a equipe técnica da unidade, informando nome, CPF, carga horária semanal e inscrição no respectivo conselho;
- xxii. Cadastro nacional de Estabelecimento de Saúde – CNES;
- xxiii. Anexo V– Quadro de Procedimentos a serem realizados, com o código e nomenclatura da tabela do Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS;
- xxiv. Declaração de Superveniência de Fato Impeditivo Para Habilitação;
- xxv. Declaração de Cumprimento das Obrigações Relativas ao Trabalho do Menor;
- xxvi. Declaração de Não Parentesco;
- xxvii. Anexo VI – Declaração de Cumprimento das Obrigações Relativas à Idade Conforme Tabela SIGTAP (tabela do Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS);

8. DA APRESENTAÇÃO E SUBMISSÃO DAS DOCUMENTAÇÕES DE INSCRIÇÃO E HABILITAÇÃO

8.1. As inscrições para o credenciamento se darão pelo interessado, a partir da primeira data de publicação do aviso deste edital até vigência do mesmo, mediante submissão e envio dos documentos abaixo relacionados, em formato digital (arquivo em PDF) e legíveis, por meio da plataforma do BNC - COMPRAS, utilizando o link <https://bnccompras.com/>, seguindo as instruções deste termo de referência. Todos os documentos que requerem assinatura, deverão encontrar-se assinados digitalmente pela plataforma www.gov.br/;

8.2. O cadastro das empresas no BNC deve ser feito no site <https://bnccompras.com/>. Em caso de dúvidas as empresas podem entrar em contato com o suporte da BNC: Telefone e WhatsApp – (42) 3026-4550; e-mail – contato@bnc.org.br;

8.3. Os interessados poderão ter acesso ao edital através do site oficial da Prefeitura de Itajaí, no link a seguir: <https://intranet2.itajai.sc.gov.br/licitacoes/usuario-externo/>;

8.4 O credenciamento poderá ser requerido durante todo o seu período de vigência, de forma online e digital, mediante o cumprimento dos requisitos relacionados no Item 07 deste Termo de Referência;

8.5. O presente Credenciamento vigorará por 12 (doze) meses a partir da sua publicação;

8.5.1. Mediante necessidade de novas adequações referente a valores ou inclusões de procedimentos no presente edital, será realizada errata previamente publicada em veículo oficial;

8.6. As documentações descritas no item 7 deste Termo de Referência deverão ser apresentadas e encaminhadas em plataforma digital por meio do ambiente do BNC seguindo os passos a seguir:

- i. Acessar o link: <https://bnccompras.com/>;
- ii. Clicar no ícone “CADASTRAR FORNECEDOR” e preencher dados da empresa; (caso o prestador já tenha acesso, apenas iniciar o acesso com o e-mail e senha);
- iii. Anexar os documentos descritos no Item 07 deste Termo de Referência;
- iv. Após conclusão e análise do processo de credenciamento, constará no acesso do prestador a informação de que a empresa se encontra habilitada ao credenciamento;
- v. Após credenciamento setor de Regulação Controle e Avaliação receberá as documentações enviadas, e direcionará junto a Secretaria de Compras a emissão do contrato;

9. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA DO OBJETO

9.1. Na tabela abaixo, constam todos os itens disponíveis para credenciamento, agrupados em 04 grupos de procedimentos similares, contendo o quantitativo total de cada um dos procedimentos a serem credenciados, o valor por procedimento bem como o custeio global.

GRUPO 01 – CONSULTAS MÉDICAS EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA

Item	Código	Procedimentos	Valor SUS	Complemento	Total	Capacidade Oferta Anual
01	0301010072	Consulta Médica na Atenção especializada (Homeopatia)	10,00	80,00	90,00	800
02	0301010072	Consulta Médica na Atenção especializada (Psiquiatria)	10,00	110,00	180,00	1.200

GRUPO 02 – CONSULTAS PSICOLOGIA

Item	Código	Procedimentos	Valor SUS	Complemento	Total	Capacidade Oferta Anual
03	0301010048	Consulta de Profissional de Nível Superior, exceto médico (Psicologia)	6,30	63,70	70,00	1.000
04	0301080160	Atendimento em psicoterapia de grupo por sessão (Obs: 01 sessão = 50 minutos)	5,59	74,41	80,00	200
05	0301080178	Atendimento individual em psicoterapia	2,55	77,45	80,00	1000

GRUPO 03 – PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES

Item	Código	Procedimentos/Descrição	Valor SUS	Complemento Valor por Sessão (Obs: 01 sessão = 50 minutos)	Total	Capacidade Oferta Anual (Procedimentos)
06	0101010036	YOGA (Prática corporal/Atividade Física em Grupo) (Grupo de até 10 pessoas)	0,00	70,00	70,00	600
07	0309050162	REIKI (Imposição de Mãos) (Individual)	0,00	70,00	70,00	1.000
08	0101050011	TAI CHI (Grupo de até 20 pessoas)	0,00	35,00	35,00	1.000
09	0101050011	ACUPUNTURA (Individual)	0,00	70,00	70,00	1.000
10	0101050070	MEDITAÇÃO (Grupo de até 10 pessoas)	0,00	70,00	70,00	600

11	0101050020	TERAPIA COMUNITÁRIA INTEGRATIVA Com o tema “Treinamento de Inteligência Emocional: Alcançando Resultados Eficazes na Vida Pessoal e Profissional” (Grupo de 30 a 40 pessoas) (03 módulos de 4 horas)	0,00	167,00	167,00	480
12	0101050119	SESSÃO DE BIOENERGÉTICA (Grupo de até 10 pessoas)	0,00	70,00	70,00	300
13	0101050127	SESSÃO DE CONSTELAÇÃO FAMILIAR (Grupo de até 15 pessoas)	0,00	70,00	70,00	300
14	0101010036	PRÁTICAS PARA DEFESA PESSOAL INDIVIDUAL (Prática corporal/Atividade Física em Grupo) (Grupo de até 10 pessoas)	0,00	70,00	70,00	4.000
15	0101050135	SESSÃO DE DANÇA CIRCULAR (Grupo de até 10 pessoas)	0,00	70,00	70,00	1.000
16	0101050100	SESSÃO DE BIODANÇA (Grupo de até 10 pessoas)	0,00	70,00	70,00	1.000
17	0101050089	Sessão de Musicoterapia (Grupo de até 20 pessoas)	0,00	70,00	70,00	1.000
18	0101050089	TERAPIAS ATRAVÉS DO CANTO E MÚSICA INSTRUMENTAL Canto e Música instrumental como recurso musicoterapêutico, incluindo técnicas e treinamentos (Grupo de até 20 pessoas)	0,00	70,00	70,00	1.000
GRUPO 04 – ESPECIALIDADE EM FISIOTERAPIA						
Item	Código	Procedimentos	Valor SUS	Complemento	Total	Capacidade Oferta Anual
19	0301010048	Consulta de Profissional de Nível Superior, exceto médico (Fisioterapia)	6,30	63,70	70,00	500
20	0302010025	Atendimento Fisioterapêutico em Pacientes c/ Disfunções Uroginecológicas	4,67	20,33	25,00	20.000

21	0302050027	Atendimento Fisioterapêutico nas Alterações Motoras e de Esforço de Repetição	4,67	20,33	25,00	
----	------------	---	------	-------	-------	--

10. DO CONTRATO E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

10.1. Ao credenciado competirá:

10.1.1. Atender à solicitação do fornecimento do serviço, que será solicitado ao e-mail do credenciado, ou telefone informado no formulário de solicitação de credenciamento, com retorno no prazo de 5 (cinco) dias úteis para agendamento;

10.1.2. No retorno do agendamento, o credenciado deve informar data, horários e nome do profissional escalado para o atendimento solicitado, bem como o número de registro profissional no órgão de classe em Santa Catarina;

10.1.3. Garantir que o profissional designado esteja devidamente apto e registrado no Conselho de classe de Santa Catarina (CRO/SC, CRM/SC, COREN/SC ou outro);

10.1.4. Manter a Relação de Profissionais que compõem a equipe técnica atualizada junto ao município e ao CNES, bem como manter atualizada seus serviços e classificação junto ao CNES;

10.1.5. Fornecer o equipamento necessário ao atendimento da sua especialidade e insumos inerentes ao atendimento;

10.1.6. Executar os serviços nas condições estipuladas, observando-se os parâmetros de boa técnica e resolutividade, bem como as normas legais aplicáveis;

10.1.7. Prestar atendimento adequado aos usuários e fornecer as informações ao Município sobre os serviços prestados de maneira adequada;

10.1.8. Responsabilizar-se integralmente pela qualidade, responsabilidade técnica e plena execução dos serviços contratados;

10.1.9. Utilizar o sistema de informação em prontuário eletrônico e regulação de vagas para agendamento designado pela Contratante, gerando todas as informações de faturamento pelo sistema do município;

10.1.10 Prestar, de imediato, todos os esclarecimentos que forem requeridos pela Contratante, e atender e/ou responder às reclamações/ouvidorias relativas aos serviços prestados;

10.1.11. Realizar diretamente os serviços contratados, sem transferência de responsabilidade ou quarteirizações;

10.1.12. Informar a Contratante, por escrito em veículo oficial determinado, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, os motivos de ordem técnica que impossibilitem a execução dos serviços ou quando verificar condições inadequadas ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita prestação dos serviços;

10.1.12.1. No que se refere o item 10.1.12, o credenciado realizará o comunicado de impossibilidade momentânea de prestação do serviço, já informando o prazo de normalização de atendimento, que será no máximo 15 dias úteis para normalização;

10.1.13. O atendimento prestado ao paciente encaminhado pela Secretaria de Saúde de Itajaí deverá ser humanizado, de acordo com a Política Nacional de Humanização – PNH (Ministério da Saúde, 2004) e a Carta de Direitos do Usuário do SUS (Ministério da Saúde, 2011), conforme o item III do terceiro princípio que assegura ao cidadão atendimento acolhedor e livre de discriminação, visando à igualdade de tratamento e a uma relação mais pessoal e saudável.

10.1.14. O Credenciado deverá digitar sua produção dentro do sistema de prontuário eletrônico designado pelo município Contratante até o quinto dia útil do mês seguinte aos atendimentos realizados;

10.1.14.1. O relatório de produção de procedimentos realizados embasará o pagamento do prestador, referente aos serviços executados no mês, conforme cláusulas do Item 11 deste Termo de Referência;

10.1.14.2 O Credenciado deverá apresentar documento fiscal após aprovação do faturamento referente aos serviços prestados à Contratante;

10.1.15. Manter todas as condições de habilitação exigidas para o credenciamento durante todo o período em que se mantiver credenciado;

10.1.16. Fornecer vaga de retorno aos pacientes atendidos no prazo de 60 (sessenta) dias, quando pelo mesmo motivo da consulta inicial;

10.1.11. Fornecer toda assistência e informações necessárias para o atendimento dos usuários;

10.2. Ao Município Contratante competirá:

10.2.1. Efetuar controle interno dos procedimentos realizados em que foram necessários à prestação do serviço da CONTRATADA;

10.2.2. Executar o faturamento da produção, com base nas informações e documentos fornecidos pela CONTRATADA, e pelo controle dos responsáveis pelos setores, que deverão fornecer os dados por escrito conforme previamente estipulado pela CONTRATANTE;

10.2.3. Efetuar o pagamento ao credenciado em função dos serviços prestados de acordo com os quantitativos autorizados pelo município;

10.2.4. Efetuar conferência técnica e administrativa das faturas e relações de serviços apresentados e informar ao prestador o valor autorizado, e se houver, o motivo das glosas efetuadas, possibilitando o questionamento e correção, se possível;

10.2.5. Fiscalizar o cumprimento das disposições deste Termo de Referência e a prestação dos serviços, bem como esclarecer eventuais dúvidas aos credenciados;

10.2.6. Solicitar a disponibilização de oferta de vagas por e-mail e telefone ao Credenciado;

10.2.7. Realizar agendamento, comunicando aos pacientes seus atendimentos, horário, local, bem como gerenciar as vagas disponibilizadas pelo prestador contratado;

10.2.8. Realizar agendamento e gerar guias de pacientes autorizados, conforme disponibilidade financeira e de vagas e em conformidade ao encaminhamento profissional;

10.2.9. Acompanhar e fornecer suporte, regularmente, na execução dos serviços, informando ao Credenciado quaisquer irregularidades ou pendências de ordem técnica ou legal;

10.2.10. Fornecer toda assistência e informações necessárias para o atendimento dos usuários;

11. DO PREÇO, FATURAMENTO E PAGAMENTO

11.1. A remuneração pela prestação e/ou fornecimento de serviços será de acordo com as Tabelas de Valores presentes neste Termo de Referência, estando inclusos taxas de administração, locação, insumos, custos diretos e indiretos, mão-de-obra, impostos, tarifas, encargos e outros dispêndios necessários para a realização dos serviços;

11.1.1. A tabela de procedimentos e valores, constante no ANEXO I, poderá ser revista, sempre por interesse dos Gestores Municipais de Saúde, sempre com anuência da Secretária Municipal de Saúde, a quem caberá a decisão sobre valores pagos e reajustes na tabela, com base em deliberação da Comissão Técnica deste Termo de Referência (Item 4.6.2), registrando a fonte dos valores base.

11.1.2. As alterações na tabela de procedimentos e valores serão objeto de republicação deste edital, com destaque aos novos procedimentos ou valores, e na sequência, serão notificados os credenciados regulares, sobre as alterações.

11.1.3. Ocorrendo exclusão, inclusão ou alteração em valor de procedimento já contratado, caberá ao Credenciado a escolha da manutenção do contrato de Credenciamento, a partir da emissão de termo aditivo, registrando a alteração contratual, ou não, por meio de distrato do contrato vigente;

11.1.4. Os serviços de saúde prestados pelos credenciados serão remunerados por cada procedimento realizado;

11.1.5. Nos procedimentos em grupos será faturado um procedimento por sessão, e não por paciente;

11.2. Todos os Credenciados deverão manter atualizadas as informações no Cadastro de Estabelecimentos de Saúde – CNES;

11.2.1. Os serviços, CBO profissional, equipamentos e profissionais credenciados deverão constar na base de dados do CNES;

11.2.2. Quando um profissional, equipamento ou serviço não se encontrar devidamente cadastrado/atualizado no CNES do credenciado, o SIA – Sistema de Informação Ambulatorial do Ministério da Saúde - glosará automaticamente os procedimentos em desconformidade, impossibilitando o pagamento destes ao prestador;

11.2.3. Quando o processamento da produção for glosado pela desatualização do CNES do credenciado conforme relatório gerado, caberá à Secretaria de Saúde de Itajaí realizar a retenção do pagamento dos valores glosados, até que comprovada a atualização do cadastro do credenciado e a produção reprocessada;

11.2.4. Todos os credenciados deverão manter cadastro atualizado, bem como alimentar a informação dos atendimentos oriundos deste credenciamento no Sistema de Comunicação de Informação Hospitalar e Ambulatorial (CIHA) do DATASUS, disponível em <http://ciha.datasus.gov.br/CIHA/index.php?area=04>;

11.2.5. Nos casos de glosa ou ausência de pagamento de valores de procedimentos, o prestador deverá comunicar a DRCA - Diretoria de Regulação, Controle e Avaliação - da Secretaria Municipal de Saúde para análise dos fatores que ocasionaram a glosa, que informará ao prestador os motivos geradores da glosa ou ausência de pagamento;

11.2.6. Nos casos de glosa por inconformidade dos procedimentos de acordo com a SIGTAP, o prestador deverá comprovar os procedimentos executados com o envio das autorizações do SISREG e BPAi – Boletim de Procedimento Ambulatorial individualizado – para a DRCA. Caso a execução do procedimento seja confirmada, o prestador deverá relançar os procedimentos a serem corrigidos dentro do sistema de prontuário eletrônico designado pelo município;

11.2.7. Nos casos de desatualização do CNES, o prestador deverá solicitar ao DRCA a atualização das informações por meio do endereço eletrônico: saudesistemas@itajai.sc.gov.br, que fará as alterações solicitadas na base de dados do CNES junto ao Ministério da Saúde;

11.2.8. Resolvidas as inconsistências que geraram glosa ou ausência de pagamento, o DRCA incluirá os procedimentos pendentes de pagamento no próximo faturamento;

11.3. O DRCA iniciará a emissão dos relatórios de produção para faturamento dos atendimentos mensais a partir do 5º dia útil do mês seguinte;

11.3.1. Estes relatórios de produção serão referentes ao período do primeiro ao último dia do mês anterior;

11.4. O relatório de produção será conferido e mediante constatação de produção condizente será atestado produção e autorizado pagamento;

11.5. Finalizada a apuração da produção, o credenciado será informado pelo setor de faturamento do DRCA o valor aprovado para pagamento via envio de Autorização de Fornecimento – AF – para a emissão de Nota Fiscal – NF;

11.5.1. A Nota Fiscal deverá ser encaminhada ao e-mail pelo qual foi recebida a AF;

11.5.2. O Município não considerará as Notas fiscais enviadas pelos sistemas automáticos de emissão de Notas Fiscais;

11.5.3. Deverá vir informado na Nota Fiscal o número do Empenho e o número da AF;

11.5.4. Por mês de competência, deverá haver a emissão de uma Nota Fiscal;

11.5.5. Todas as Notas Fiscais deverão ser encaminhadas acompanhadas das Certidões Negativas de débitos fiscais;

11.6. O pagamento da produção ocorrerá em até 30 dias após a emissão da Nota Fiscal;

11.7. A Contratante fará a retenção de tributos na fonte quando a lei assim o determinar;

11.8. É vedado ao credenciado cobrar ou receber qualquer outra importância a título de honorários pelos serviços prestados, do usuário, paciente ou terceiro;

11.9. Quando a oferta do serviço for inferior à demanda dos municípios, se adotará o sistema de cotas, conforme disposto em contrato;

11.10. Havendo divergência ou erros entre os serviços contratados e os serviços prestados, fica assegurado à Contratante a realização de auditoria para verificação correta dos serviços executados, devendo o credenciado emitir nota fiscal conforme o valor aferido;

12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas provenientes das contratações realizadas correrão por conta da dotação orçamentária própria do Fundo Municipal de Saúde, da Secretaria Municipal de Saúde conforme disponibilização de recursos;

12.2. O valor global estimado para consecução do objeto deste Termo é de **R\$ 1.770.160,00 (um milhão setecentos e setenta mil cento e sessenta reais)**, a ser direcionado ao longo da vigência conforme ocorra as contratações, não sendo necessário o bloqueio do recurso de forma integral no ato de publicação do possível edital de credenciamento;

12.3. Para a publicação do presente edital, será baseado o quantitativo global da demanda por procedimento no período de vigência do credenciamento (12 meses);

12.4. As contratações para a realização dos procedimentos deste Termo serão pagas com recursos vinculados federais, Despesa: 425 - 26 . 26026 . 10 . 301 . 3 . 2.284 . 0 . 339000 - 21 - Receitas e Transferências de Impostos – Saúde;

13. DAS VISTORIAS TÉCNICAS

13.1. A EXECUÇÃO dos serviços poderá ser objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante da Administração da CONTRATANTE, com atribuições específicas, devidamente designadas pela autoridade competente;

13.2. O Município de Itajaí poderá compor comissão especial que realizará visitas técnicas nas instalações de qualquer interessado, independente de prévio agendamento, para verificação da capacidade instalada e das reais condições de atendimento às necessidades deste Edital de Credenciamento;

13.3. O Município poderá acionar outros dispositivos competentes para subsidiar a vistoria ou o relatório de fiscalização, com o objetivo de garantia da qualidade dos serviços prestados.

14. DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

14.1. O Credenciado atenderá aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS – previamente autorizados via SISREG;

14.2. A solicitação da prestação do serviço se dará por contato telefônico ou e-mail pelo Setor de Regulação, Controle e Avaliação de Itajaí ao credenciado;

14.2.1. Serão convocados a prestar serviços todos os credenciados de acordo com as necessidades do Fundo Municipal De Saúde/Secretaria Da Saúde;

14.3. O credenciado disponibilizará as vagas dos procedimentos/consultas credenciados no sistema designado pela gestão municipal, sendo liberado o uso das vagas pelo DRCA, para posterior agendamento pelos operadores da Secretaria Municipal de Saúde;

14.3.1. O quantitativo de vagas poderá ser dimensionado conforme demanda apresentada, bem como a capacidade do prestador na execução dos procedimentos/ consultas;

14.4. Armazenar as guias de solicitação dos procedimentos e exames realizados, pelo período de 10 anos, com a finalidade de possível auditoria ou confirmações de informações de faturamento, evitando glosas ou prejuízo ao prestador;

14.5. A recepção das Guias de Autorização é obrigatória para a geração do relatório de produção;

14.6. Para fins de auditoria, estes documentos tem que estar prontos na empresa:

- i. Relatório de produção gerado no sistema de gestão e/ou prontuário eletrônico ou sistema de informação de saúde designado pelo município;
- ii. Encaminhamento médico ou requisição do atendimento profissional;
- iii. Laudos ou relatórios previstos neste Termo de Referência para fins de comprovação de execução, devidamente assinados pelo responsável pela emissão;

14.7. Qualquer relatório de sistema próprio do credenciado não será utilizado para fins de auditoria, sendo desnecessário seu envio ou armazenamento;

14.8. As Guias de Autorização emitidas pelo município, deverão estar acompanhadas do Encaminhamento do profissional solicitante a ser entregue no prestador para armazenamento;

14.9. A Secretaria Municipal de Saúde de Itajaí utilizará sistema informatizado para controle de Guia de Autorização e agendamentos dos serviços de saúde credenciados, atualmente o SISREG – Sistema de Regulação do Ministério da Saúde;

14.10. Toda necessidade de serviços complementares e/ou procedimentos e/ou cirurgias e medicamentos de alto custo, deverá ser encaminhado seguindo o protocolo do SUS, contendo as informações mínimas do paciente;

14.11. O atendimento prestado deverá ser embasado por protocolos clínicos assistenciais baseados em evidências científicas em saúde e pelas normas estabelecidas pelo Ministério da Saúde e demais gestores do SUS;

14.12. Serão excluídos do rol de credenciados aqueles que reiteradamente não cumprirem as regras e condições fixadas para o atendimento aos usuários, de acordo com as condições e penalidades previstas nos Item 15 e 16 deste Termo de Referência;

15. DAS PENALIDADES

15.1. A inexecução total ou parcial do contrato, terá procedimentos e consequências, na forma estabelecida no art. 137 e seguintes da Lei n. 14.133/2021.

15.2. O presente contrato poderá sofrer alterações na forma estabelecida pelo art. 124 e seguintes, da Lei n.º 14.133/2021.

15.3. O atraso injustificado na execução do contrato, assim como a sua inexecução total ou parcial, sujeitará a CONTRATADA às sanções administrativas na forma prevista no art. 155 da Lei n.º 14.133/2021, ficando desde já estabelecidas as multas previstas no Edital.

15.4. O Município poderá aplicar à Contratada, ainda, as seguintes penalidades previstas no artigo 156 da Lei n.14.133/2021, em caso de inexecução total ou parcial do objeto ou contrato resultante deste credenciamento:

15.4.1. Advertência;

15.4.2. Multa de 0,5 % (cinco décimos por cento) do valor de referência para o credenciamento para os 12 meses, para cada dia ou fração de atraso do fornecimento/serviço do objeto;

15.4.3. Multa de 10% (dez por cento) do valor de referência para o credenciamento para os 12 meses em caso de desistência do fornecimento/serviços ou execução;

15.5. Sem prejuízo das sanções previstas no art. 156, da Lei n.º 14.133/2021, o licitante adjudicatário ficará sujeito às seguintes penalidades:

15.5.1. 10% (dez por cento) do valor de referência para o credenciamento para os 12 meses pelo fornecimento de material/serviços desconforme com o especificado e aceito;

15.5.2. 1,0 % (um por cento) do valor de referência para o credenciamento para os 12 meses pela não substituição dos produtos/serviços recusados por este Município, no prazo estipulado, até o limite de 10% (dez por cento);

15.5.3. 0,33% por dia, do valor de referência para o credenciamento para os 12 meses, pelo descumprimento dos prazos e condições previstos neste;

15.5.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, não terá caráter compensatório e a sua cobrança não isentará a obrigação de indenizar eventuais perdas e danos;

15.5.5. As multas referidas nesta cláusula serão deduzidas pelo Município por ocasião do pagamento da nota fiscal do período aquisitivo respectivo;

16. DO DESCREDENCIAMENTO

16.1. Delibera-se motivo para o credenciamento do prestador contratado:

16.1.1. Deixar de atender à solicitação para prestação do serviço e/ou a atualização dos documentos de habilitação e de regularidade fiscal;

16.1.2. O prestador incorrer em aspectos que comprometam sua capacidade jurídica, técnica e/ou fiscal e ou comportar-se de modo inidôneo;

16.1.3. Ensejar o retardamento proposital da execução do objeto;

16.1.4. Fraudar qualquer aspecto da execução do contrato;

16.1.5. Cometer fraude fiscal;

16.1.6 Reiterada falta de cumprimento da garantia de oferta de vagas previstas em contrato;

16.1.7. Conduta profissional que comprometa os preceitos éticos ou operacionais exigidos para a prestação dos serviços;

16.1.8. As hipóteses previstas no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021;

16.1.9. O Credenciado poderá descredenciar-se voluntariamente, mediante requerimento por escrito com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, e desde que não prejudique os serviços já agendados, ou que venham a ser agendados antes de decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias. Decorrido o prazo mencionado, será lavrado o termo de descredenciamento e/ou rescisão contratual, quando cessará as obrigações para ambas as partes;

16.1.10. A municipalidade poderá também optar pelo descredenciamento do prestador mediante ausência de demanda que justificasse a permanência do contrato com o prestador, desde que respeite o prazo de 60 dias para comunicação e alinhamento com o prestador.

16.1.11. O descredenciamento não exige a aplicação das sanções previstas no artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, se for o caso.

17. DA FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO

17.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento dos contratos previstos no presente edital;

17.2 Para o Contrato a ser firmado em decorrência deste edital, fica designado como Fiscais de Contrato os servidores abaixo indicados:

- i. Vanessa Cristina de Souza, Gerente de Regulação Ambulatorial - Matrícula: 1632607; e
- ii. Victor Moreira de Moraes Lopes, Gerente de Controle e Avaliação - Matrícula 2705301.

17.3 O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas previstas no Edital;

18. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1 Em caso de revogação ou anulação deste processo, serão observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores;

18.2 O credenciamento decorrente do presente edital terá caráter precário, uma vez que a qualquer momento o credenciado poderá denunciar a avença, bem como a Administração poderá descredenciá-lo, caso seja constatada qualquer irregularidade na observância e cumprimento das normas fixadas no edital ou no contrato, bastando para tanto notificar por escrito e conceder prazo legal;

18.3. Aplica-se ao presente Edital nas partes omissas, a legislação em vigor;

18.4. Fica eleito o Foro da Comarca de Itajaí para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Credenciamento;

Documento assinado digitalmente
gov.br MYLENE MARTINS LAVADO
Data: 01/03/2026 19:13:11-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Itajaí, novembro de 2025.

Mylene Martins Lavado
Secretária Municipal de Saúde

ANEXO I – TABELA DE PROCEDIMENTOS E VALORES

GRUPO 01 – CONSULTAS MÉDICAS EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA						
Item	Código	Procedimentos	Valor SUS	Complemento	Total	Capacidade Oferta Anual
01	0301010072	Consulta Médica na Atenção especializada (Homeopatia)	10,00	80,00	90,00	800
02	0301010072	Consulta Médica na Atenção especializada (Psiquiatria)	10,00	110,00	180,00	1.200
GRUPO 02 – CONSULTAS PSICOLOGIA						
Item	Código	Procedimentos	Valor SUS	Complemento	Total	Capacidade Oferta Anual
03	0301010048	Consulta de Profissional de Nível Superior, exceto médico (Psicologia)	6,30	63,70	70,00	1.000
04	0301080160	Atendimento em psicoterapia de grupo por sessão (Obs: 01 sessão = 50 minutos)	5,59	74,41	80,00	200
05	0301080178	Atendimento individual em psicoterapia	2,55	77,45	80,00	1000
GRUPO 03 – PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES						
Item	Código	Procedimentos/Descrição	Valor SUS	Complemento Valor por Sessão (Obs: 01 sessão = 50 minutos)	Total	Capacidade Oferta Mensal (Procedimentos)
06	0101010036	YOGA (Prática corporal/Atividade Física em Grupo) (Grupo de até 10 pessoas)	0,00	70,00	70,00	600
07	0309050162	REIKI (Imposição de Mãos) (Individual)	0,00	70,00	70,00	1.000
08	0101050011	TAI CHI (Grupo de até 20 pessoas)	0,00	35,00	35,00	1.000
09	0101050011	ACUPUNTURA (Individual)	0,00	70,00	70,00	1.000
10	0101050070	MEDITAÇÃO (Grupo de até 10 pessoas)	0,00	70,00	70,00	600
11	0101050020	TERAPIA COMUNITÁRIA INTEGRATIVA	0,00	167,00	167,00	480

		Com o tema “Treinamento de Inteligência Emocional: Alcançando Resultados Eficazes na Vida Pessoal e Profissional” (Grupo de 30 a 40 pessoas) (03 módulos de 4 horas)				
12	0101050119	SESSÃO DE BIOENERGÉTICA (Grupo de até 10 pessoas)	0,00	70,00	70,00	300
13	0101050127	SESSÃO DE CONSTELAÇÃO FAMILIAR (Grupo de até 15 pessoas)	0,00	70,00	70,00	300
14	0101010036	PRÁTICAS PARA DEFESA PESSOAL INDIVIDUAL (Prática corporal/Atividade Física em Grupo) (Grupo de até 10 pessoas)	0,00	70,00	70,00	4.000
15	0101050135	SESSÃO DE DANÇA CIRCULAR (Grupo de até 10 pessoas)	0,00	70,00	70,00	1.000
16	0101050100	SESSÃO DE BIODANÇA (Grupo de até 10 pessoas)	0,00	70,00	70,00	1.000
17	0101050089	Sessão de Musicoterapia (Grupo de até 20 pessoas)	0,00	70,00	70,00	1.000
18	0101050089	TERAPIAS ATRAVÉS DO CANTO E MUSICA INSTRUMENTAL Canto e Música instrumental como recurso musicoterapêutico, incluindo técnicas e treinamentos (Grupo de até 20 pessoas)	0,00	70,00	70,00	1.000
GRUPO 04 – ESPECIALIDADE EM FISIOTERAPIA						
Item	Código	Procedimentos	Valor SUS	Complemento	Total	Capacidade Oferta Anual
19	0301010048	Consulta de Profissional de Nível Superior, exceto médico (Fisioterapia)	6,30	63,70	70,00	500
20	0302010025	Atendimento Fisioterapêutico em Pacientes c/ Disfunções Uroginecológicas	4,67	20,33	25,00	20.000
21	0302050027	Atendimento Fisioterapêutico nas Alterações Motoras e de Esforço de Repetição	4,67	20,33	25,00	

ANEXO II – CARTA DE CREDENCIAMENTO

Credenciamento, cujo objeto é a formação de um cadastro de pessoas jurídicas, preferencialmente sem fins lucrativos, aptas a prestar serviços complementares de assistência à saúde física e mental, em diversas modalidades, aos mais de 1.900 servidores da Secretaria Municipal de Saúde de Itajaí, pelo período contratual de 12 (doze) meses.

Em cumprimento aos ditames editalícios, utilizamo-nos do presente para submeter à apreciação do Fundo Municipal de Saúde os documentos em anexo, necessários ao credenciamento para prestação dos serviços em referência.

Na oportunidade, credenciamos junto a Secretaria da Saúde/Fundo Municipal: _____ (Nome do Representante)

carteira de identidade nº _____, CPF nº _____, ao qual outorgamos os mais amplos poderes, inclusive para interpor recursos, quando cabíveis, transigir, desistir, assinar atas e documentos e, enfim, praticar os demais atos no processo de credenciamento.

Itajaí, _____ de _____ de 2025.

Representante Legal

CPF nº _____

Empresa

CNPJ nº _____

ANEXO III – DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO

O proponente _____,
de pessoa física ou jurídica de direito privado, com sede na
_____,
inscrita no CPF/CNPJ nº _____, por meio de seu
sócio/gerente ou representante legal, abaixo firmado, vem declarar que possui pleno
conhecimento, e manifestar inteira concordância, com todos os termos do EDITAL DE
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº _____, que trata do Credenciamento para
formação de cadastro de pessoas físicas/jurídicas, preferencialmente sem fins lucrativos, aptas
a prestar serviços complementares de assistência à saúde física e mental, em diversas
modalidades, aos mais de 1.900 servidores da Secretaria Municipal de Saúde de Itajaí, pelo
período contratual de 12 (doze) meses e que fornecerá quaisquer informações complementares
solicitadas pela comissão de contratação dos prestadores de serviços do município de Itajaí.

Itajaí, _____ de _____ de 2025.

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

PESSOA JURÍDICA/CNPJ

PESSOA FÍSICA / CPF

ANEXO IV – FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DO PRESTADOR DE SERVIÇO

1) NOME/RAZÃO SOCIAL: _____
2) RG/CNPJ: _____
3) INSCRIÇÃO ESTADUAL/CPF: _____
4) ENDEREÇO: _____

BAIRRO: _____; CEP: _____
MUNICÍPIO: _____; UF: _____.
5) FONE CELULAR: _____ FONE FIXO: _____
6) E-mail: _____
7) FILIAÇÃO: _____
8) PIS/PASEP _____
9) INSCRIÇÃO ISS: _____
10) INSCRIÇÃO INSS: _____

**DADO(S) DO(S) REPRESENTANTE(S) LEGAL (IS)
RESPONSÁVEL(EIS) PELA ASSINATURA DO CONTRATO**

1) NOME _____
2) CONSELHO DE CLASSE Nº: _____ UF: _____;
3) CARGO: _____ RG _____; ÓRGÃO EMISSOR

CPF: _____; FONE/FAX

; E-MAIL: _____

DADOS DO RESPONSÁVEL TÉCNICO

4) NOME _____
5) CONSELHO DE CLASSE Nº: _____ UF: _____;
CARGO: _____ RG _____; ÓRGÃO EMISSOR

CPF _____; ÓRGÃO EMISSOR

; FONE/FAX _____
E-MAIL: _____

DADOS BANCÁRIOS

NOME DO BANCO: _____
Nº. AGÊNCIA: _____ CONTA CORRENTE: _____
ENDEREÇO DA AGÊNCIA BANCÁRIA _____

Itajaí, _____ de _____ de 2025.

Assinatura

ANEXO V

QUADRO DE PROCEDIMENTOS A SEREM REALIZADOS, COM O CÓDIGO E NOMENCLATURA DA TABELA DO SISTEMA DE GERENCIAMENTO DA TABELA DE PROCEDIMENTOS, MEDICAMENTOS E OPM DO SUS

PRESTADOR:

LOTE:		R\$	R\$	R\$	CAPACIDADE DE PRODUÇÃO MENSAL
CÓDIGO DE PROCEDIMENTO	PROCEDIMENTO	VALOR SUS	COMPLEMENTO	TOTAL	

ANEXO VI**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES RELATIVAS À IDADE CONFORME
TABELA SIGTAP (TABELA DO SISTEMA DE GERENCIAMENTO DA TABELA DE
PROCEDIMENTOS, MEDICAMENTOS E OPM DO SUS).**

(NOME DA EMPRESA) _____,
inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu
representante legal o (a) Sr (a) _____
e do CPF nº _____, declara (o) que:

Os procedimentos contratualizados serão respeitados e seguirão as normativas de acordo com a Tabela de Procedimentos do SUS – SIGTAP com relação à idade mínima e máxima, respeitando outras legislações pertinentes.

Itajaí, _____ de _____ de 2025.

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

PESSOA JURÍDICA/CNPJ

PESSOA FÍSICA / CPF